

O cinema como lugar de memória: ditaduras em dois documentários¹

Caroline Domingos da Silva²
Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS

Resumo

Duas ditaduras expostas em dois documentários. Assim como os documentários escolhidos para compor este trabalho, trata-se de um recorte: o trabalho; recorte de uma pesquisa ainda em andamento e o documentário, o recorte de um passado recente sob o viés das vítimas. O objetivo é discutir o cinema como lugar de memória e representação, levando em consideração as ideias de Marc Ferro sobre o cinema como um revelador dos aspectos que formam a sociedade, como um veiculador de concepções. Ao que tange à memória e representação, embasa-se nas ideias de Michael Pollak e Pierre Nora.

Palavras-chave

Cinema documental; ditadura militar; memória; Brasil; Argentina.

Olhar para a ditadura

Antes de falarmos sobre os documentários escolhidos, cabe lembrarmos sobre o período que tratam e os conceitos de memória que compõem o trabalho que começa a ser tecido aqui.

Conforme Antônio Berni (2012), citando Octávio Ianni e Florestan Fernandes, a terminologia utilizada para definir governos latino-americanos com a liderança militar é a expressão “Ditadura Civil-Militar”, pois, conforme o autor, o poder político foi protagonizado por militares, mas que “a burguesia esteve presente no processo de aprofundamento da ‘democracia restritiva’ que foi a existência de uma ordem civil que, na prática, restringia a participação política apenas para alguns privilegiados” (BERNI, 2012, p.55). Os militares tomaram o poder político do Brasil em 1964, permanecendo até 1985. Em 1975, “faltava só a Argentina para que toda a América do Sul abaixo do Equador fosse governada por generais. Em março de 1976 uma junta instalou-se na Casa Rosada, e acabou-se a exceção” (GASPARI, 2004, p.3). De 1976 a 1983, a Argentina passou a ser comandada pelos generais Videla, Massera, Bignone e Galtieri, que deram início a “guerra

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Cinema e Audiovisual, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista formada pela Universidade de Passo Fundo (UPF) em Passo Fundo – RS, desde janeiro de 2015. E-mail: cdomingos13@gmail.com

suja”, que consistia no aniquilamento de guerrilhas, grupos sindicalistas, esquerda revolucionária e estudantis.

Na Argentina, houve um esforço pelo não esquecimento deste período, especialmente com a transição político-democrática. Antes disso, tanto a Argentina quanto o Brasil, durante seus regimes autoritários, mantiveram grupos de resistência e apoio àqueles que lutavam contra a ditadura, como por exemplo, as Avós da Praça de Maio (Argentina), o Movimento Feminino pela Anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia (ambos no Brasil). Os documentários escolhidos para análise e discussão neste trabalho mostram os depoimentos das mulheres que buscaram por seus filhos e netos desaparecidos, que lutaram por direitos humanos e buscavam explicações por sequestros, torturas e mortes.

Argentina e Brasil passaram por ditaduras em períodos distintos, mas se equiparam pelo drama que deixou marcada a história. Distinguem-se também em números e práticas escolhidas, nas formas de lembrança, mas nada disso diminui o que o período significou, sem tempo para definirmos qual delas foi a mais violenta, visto que os regimes da América Latina se assemelhavam nos métodos de repressão. Conforme Bauer (2012) muitos oficiais da América Latina buscaram instrução na Escola das Américas nos EUA, aderindo aos mecanismos de terror de Estado para ser aplicado contra guerrilhas de esquerda. As práticas da Doutrina de Segurança Nacional nasceram juntamente com a repressão aos movimentos de independência da Argélia, realizados por franceses, e a doutrina anti-revolucionária dos EUA. O desaparecimento político na Argentina ficou conhecido como “morte argentina”, sendo considerado como principal característica da ditadura argentina, juntamente com o sequestro dos filhos dos presos políticos, que foram adotados principalmente por militares. Caroline Bauer cita Padrós para definir o desaparecimento:

a)sequestro ou detenção ilegal; b)privação de liberdade; c)execução de ações por agentes estatais, de forma aberta (policiais e militares) ou encoberta (serviços de inteligência); também por grupos violentos de extrema direita sem vinculação oficial com o Estado, mas agindo sob suas ordens e proteção; d) ocultamento do local de confinamento e da situação da vítima, pelas autoridades, simultâneo à negação de que aquela estivesse sob sua custódia; e) ocorrência de homicídio estando a vítima detida pelo agente da repressão; f) ocultamento do cadáver e de qualquer informação a respeito dos acontecimentos envolvendo a execução ou morte sob tortura da vítima (PADRÓS apud BAUER, 2012, p. 93).

Conforme Bauer (2012), a ditadura Brasileira deixou aproximadamente 400 casos de mortos e desaparecidos, enquanto a ditadura argentina foi responsável por 30.000

desaparecimentos, porém, estes números têm variado conforme a pesquisa histórica avança, como destaca a autora, não havendo um consenso. A autora destaca ainda que a Argentina pode ser considerada um exemplo de garantia do direito à justiça e à verdade, contrapondo-se ao Brasil, que dá maior ênfase às lembranças da Ditadura em “datas redondas”, em que se comemoram a redemocratização do país. Difante afirma que:

Essa diferenciação do caso argentino pode ser explicada parcialmente em razão da existência das organizações e instituições dedicadas ao não esquecimento e ao esforço de encontrar o destino ou os corpos das vítimas do regime autoritário. Esse esforço provocou dentro da sociedade argentina algo muito significativo que é o processo de recordar a repressão para poder julgá-la e também reparar os familiares dos perseguidos. Interessante notar que esse processo diferenciado da Argentina contrasta com o do Brasil que teve outra política de memória institucional. Na Argentina, em 1983, as memórias sobre o terrorismo de Estado e as demandas da justiça se encontravam em sintonia com a redemocratização do Estado. (DIFANTE, 2012, p. 28)

Sobre a “agenda brasileira”, Resende (2007) afirma que as discussões sobre ditadura no Brasil passam por ciclos de memória “e geralmente ocorrem com mais frequência durante essas datas. No caso argentino, há uma demanda social mais constante, o que propicia a elaboração de políticas de memória mais efetivas” (RESENDE, 2007, p.295). Bauer e Difante concordam em seus textos que organizações como as Abuelas de la Plaza de Mayo e Las Madres de Plaza de Mayo garantiram o comprometimento das famílias com as investigações sobre o sequestro, a busca pelos desaparecidos políticos e pelo não-esquecimento (DIFANTE, 2012, p. 33). Da mesma forma, então, devemos considerar válida a organização existente no Brasil, por meio dos grupos de mães e amigos que, durante o período do regime militar, davam apoio aos presos políticos e os ajudavam a procurar seus direitos, buscando por eles em nos porões onde eram torturados, nas prisões ou ainda tentando garantir a segurança destes ou esclarecer seus destinos, que em alguns casos, foram fatais, mas tiveram a causa da morte alterada e muitos casos foram divulgados como suicídios.

Porém, Resende (2007) explica que “(...) no caso brasileiro, as demandas por memória, verdade e justiça quando não estiveram restritas ao universo dos familiares, foram frutos de ações muito pontuais dentro de alguns ministérios do governo” (RESENDE, 2007, p. 296), diferindo do caso Argentino não só no que tange às diferenças políticas da ditadura e o destino de seus perseguidos políticos, mas também na forma como a redemocratização e a memória do período foram encarados. A autora afirma ainda que “nesse sentido, tais

iniciativas podem ser compreendidas enquanto ‘medidas’, tendo em vista que são ações isoladas e muitas vezes realizadas sem conhecimento social” (2007, p. 296), devemos lembrar que Bauer (2012) defende que a Argentina pós redemocratização teve maiores esforços e conquistas para estabelecer políticas de memória em âmbito de Estado, como uma maneira de reconhecer a proporção dos crimes cometidos contra aqueles que foram perseguidos, presos e mortos, atingindo toda a sociedade, pois a marca deixada pela violência se estendeu às famílias daquelas pessoas. Assim, a Argentina, apesar do rápido silenciamento, compreendeu a urgência dos pedidos de reparação.

Deste modo, compreende-se o contexto de duas ditaduras civis-militares, porém, pairam as dúvidas sobre como o cinema, ou neste caso, dois documentários, podem - e se podem - problematizar sobre a (re) construção da memória (trazendo à tona memórias), se (res) significam o passado, se ajudam a enquadrar, avaliar e servir de suporte para a memória coletiva.

Nos parágrafos acima, já iniciamos a discussão sobre a necessidade de relembrar, reparar e reconstruir o período, assim como já mencionamos a memória. Para Pollak (1992), a memória “(...) parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa” (POLLAK, 1992, p. 200). Porém, o próprio autor afirma que “Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.” (1992, p. 200). Sendo assim, Pollak conclui que, ao destacarmos as características da memória como flutuante e mutável (tanto da memória individual quanto coletiva), “devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis.” (POLLAK, 1992, p. 200). Para o autor, a memória é, em parte, herdada, sendo composta por três critérios: acontecimentos, personagens e lugares. Assim, sobre os lugares, ele afirma que:

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. (POLLAK, 1992, p.200-201)

Pollak (1992) afirma, então, a memória está sujeita a flutuações “que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada.” (POLLAK, 1992, p. 204), nos fazendo entender que as datas oficiais estão estruturadas de forma política com a finalidade de enquadrar a memória nacional, porém, quando se procura fazer isso, podem haver problemas de luta política. Argumentando que, “(...) a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (POLLAK, 1992, p. 204).

Explicando assim, que essa organização, apesar do problema causado, comprova que “a memória é um fenômeno construído” (POLLAK, 1992, p. 204). “Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”, afirma Pollak (1992, p. 205), porém, nesta questão, toma-se o termo identidade em um sentido superficial, como o próprio autor afirmou, alegando que, mesmo superficial, era suficiente para compreendermos a formação da imagem que uma pessoa cria sobre ela mesma e que apresenta aos outros

(...) para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (...) Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.205)

Para Pollak, “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros.” (POLLAK, 1992, p.205) e, ainda que, “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo (POLLAK, 1989, p.8). Elizabeth Jelin lançou então sua questão sobre a memória: “¿Se puede afirmar entonces la existencia de una memoria colectiva? Y si es así, ¿qué es la memoria colectiva?” (JELIN, 2001 p.4). Afirmando posteriormente que,

segundo Halbwachs, não devemos interpretar isso como algo independente dos indivíduos, mas pela ênfase na noção de marco social

(...) que es la visión que resulta más productiva para nuestro objetivo- la interpretación cambia. Apunta entonces a establecer la matriz grupal dentro de la cual se ubican los recuerdos individuales. Estos marcos -Halbwachs presta atención a la familia, la religión y la clase social- dan sentido a las rememoraciones individuales. (JELIN, 2001 p.4)

Para Jelin (2001), os processos da memória tem duas distinções importantes: o processo ativo e o passivo. Que, segundo a autora, “(...) pueden existir restos y rastros almacenados, saberes reconocibles, guardados pasivamente, información archivada en la mente de las personas, en registros, en archivos públicos y privados, en formatos electrónicos y en bibliotecas. (, (2001 p.5). Tais arquivos são para ela como “huellas de un pasado que han llevado a algunos analistas (...) a hablar de una ‘sobreabundancia de memoria’. Pero éstos son reservorios pasivos, que deben distinguirse del uso, del trabajo, de la actividad humana en relación con ellos. (JELIN, 2001 p.5). Entre os analistas mencionados por Jelin, consta especialmente o historiador francês, Pierre Nora. Para ele, a memória vai além da capacidade de recordar, sendo capaz de criar seus lugares:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda uma memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meio de memória. (NORA, 1981, p.7)

Afirmando ainda que a “história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.” (NORA, 1981, p. 9). Isso, porque, segundo o historiador, a memória “é afetiva e mágica, (...) se acomoda a detalhes que a confortam; se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções” (NORA, 1981, p.9). Para ele, os lugares da memória “(...) nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter

aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1981, p.9). Por isso, esses lugares podem ser assim chamados “lugares da memória”, “com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos”, como afirmara Nora (1981, p. 21-22), explicando, ainda, que:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um manual puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de artigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, é ao mesmo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança. (NORA, 1981, p.21-22)

Conforme Alexandre Pinheiro (2009), por volta dos anos 60, Marc Ferro passa a utilizar o termo cinema-história e a difundir o uso do cinema como um novo tipo de documento histórico, sabendo que isso exigiria uma nova técnica de análise que poderia tanto ir de encontro a “perspectiva histórica do filme, que corresponde à interpretação do filme à luz da época em que foi produzido, e a perspectiva cinematográfica da história, isto é, a história recriada através do cinema” (PINHEIRO, 2009, p.03). Assim, Ferro sob a visão de Pinheiro, percebia o “filme como um revelador ideológico, político, social e cultura de uma sociedade” (2009, p.03). Pinheiro afirma ainda que “se para sobreviver a memória precisa de ritos, ordenações e práticas de lembranças, dentre estes se encontra o cinema, tecendo identidades e organizando memórias” (PINHEIRO, 2009, p.07). E, assim, passamos a olhar para a produção cinematográfica deste período que foi explorado nas páginas acima.

Para Tomaim (2010), a “primeira década de 2000, o cinema brasileiro demonstrou um crescente interesse por retratar nas telas episódios da ditadura militar no país, remexendo em feridas, em assuntos complexos, dolorosos de nosso passado. (TOMAIM, 2010, p.59), afirmando que o cinema nacional, após o golpe militar completar mais de 40 anos, “resolveu ‘tirar os roteiros das gavetas’, antes escondidos da repressão e da censura” (TOMAIM, 2010, p.59). Dialogando com as considerações de Tomaim (2010) e Pinheiro (2009) sobre Marc Ferro, encontramos a explicação de Pollak sobre o que ele chama de filme-testemunho: “O filme-testemunho e documentário tornou-se um instrumento

poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional” (POLLAK, 1989, p.9).

Pollak explica ainda a necessidade de algumas vítimas das perseguições políticas da ditadura militar (argentina e brasileira) em registrar as suas memórias: “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento” (POLLAK, 1989, p.6). O autor considera que “a coleta de representações por meio da história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa” (Pollak, 1992, p. 208) e, assim, o relato que traz à tona uma memória, que a reconstrói e a reinterpreta, é também “instrumentos de reconstrução da identidade” (POLLAK, 1989, p.11). Nas palavras de Pollak:

Em todas as entrevistas sucessivas - no caso de histórias de vida de longa duração - em que a mesma pessoa volta várias vezes a um número restrito de acontecimentos (seja por sua própria iniciativa, seja provocada pelo entrevistador), esse fenômeno pode ser constatado até na entonação. A despeito de variações importantes, encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de leit-motiva em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. (POLLAK, 1989, p.11)

Sobre os documentários

Tomaim (2010) explica que “os traumas de mais de 20 anos de repressão foram grandes e a ditadura militar tornou-se um tabu no Brasil nas décadas seguintes. Tabu que alimentou o esquecimento, a denegação, mas que na primeira década de 2000 foi quebrado pelo cinema brasileiro que contou com uma produção destinada a revisitar a temática da ditadura militar. (TOMAIM, 2010, p.59-60). Lançado em 2012 e com 27 minutos de duração, o documentário Damas da Liberdade foi dirigido por Célia Gurgel e Joe Pimentel, com a seguinte sinopse:

Através de narrativas de mulheres do Movimento Feminino pela Anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia, é contada a história da luta pela anistia no Brasil nos anos de 1970, reacendendo o debate sobre um período de repressão e medo que o

país jamais deverá esquecer. (<https://youtu.be/lGrZvFCj414>. Filmes Projeto Marcas da Memória, acesso em 07 de julho. 2015)

“Você sabe o que é Anistia? Você sabe o que é uma Assembleia Constituinte?” pergunta a primeira “dama”, Alayde Pereira Nunes, do Movimento Feminino pela Anistia-RJ, ao diretor que acompanha a gravação – ou ao espectador?-. Assim, o documentário se desenvolve contando o começo da organização estudantil e de um grupo de mães que surgiu, segundo Nildes Alencar³ “para atender e permanecer na retaguarda dos filhos engajados contra a ditadura”. A União Brasileira de Mães foi um dos grupos de apoio que surgiu na época. No documentário é possível conhecer também os depoimentos de Maria de Lourdes Miranda de Albuquerque; símbolo da resistência materna à ditadura e que teve três filhos torturados; Victória Grabois, integrante do Grupo Tortura Nunca Mais –RJ, Maria Auxiliadora Santa Cruz é filha de Inezita Santa Cruz, símbolo da luta das mães de desaparecidos políticos, entre tantas outras mulheres que participaram das ações em diferentes grupos de resistência que visavam a proteção e garantia de direitos humanos ao perseguidos políticos.

Uma das produções argentinas sobre o tema escolheu tratar das buscas pelas crianças que foram retiradas de suas famílias e adotadas por completos desconhecidos, em alguns casos, sequestradores e torturados de seu país. 500 – Os bebês roubados pela Ditadura Argentina, um documentário de Alexandre Valenti foi lançado em 2014 no Brasil, com 100 minutos de duração, tem a seguinte sinopse:

Durante sete anos, entre 1976 e 1983, a Argentina viveu sob uma ditadura militar. Dentre os aterrorizantes atos feitos durante esta época, está o sequestro de bebês e crianças, filhos de presos e desaparecidos políticos ou nascidos em prisões clandestinas ou centros de tortura e extermínio. O grupo "Avós da Praça de Maio" criou o “Banco dos 500”, uma luta para localizar as 500 crianças a partir de amostras de seus próprios sangue. Hoje adultos, 114 das 500 foram encontradas e agora confrontam os dignitários da mais sangrenta ditadura Argentina, acusados de genocídio e crimes contra a Humanidade. Uma marca que nunca será apagada da história. Uma luta que só termina quando o último dos "500" for encontrado. (<https://youtu.be/lbSrZ6a44bo>. Filmes Projeto Marcas da Memória, acesso em 07 de julho. 2015)

³ Integrante do Movimento Feminino pela Anistia – CE, irmã de Frei Tito Alencar, torturado durante a ditadura

De encontro ao tema abordado no documentário 500 – Os bebês roubados pela Ditadura Argentina, Difante (2012) analisa a obra de Bauer e interpreta que a havia um “plano sistemático para que houvesse o rapto das crianças nascidas ou trazidas aos centros clandestinos” (2012, p.33), expondo que mulheres consideradas subversivas ou companheiras de quem era assim considerado, caso estivessem grávidas, seriam levadas para centros clandestinos – onde davam a luz e não retornavam para suas casas, assim como seus filhos. Conforme o site oficial das Abuelas da Plaza de Mayo, ao contar a história de sua fundação e a luta pela restituição dos filhos daqueles que foram perseguidos pela ditadura, expõe que:

los niños robados como "botín de guerra" fueron inscriptos como hijos propios por los miembros de las fuerzas de represión, dejados en cualquier lugar, vendidos o abandonados en institutos como seres sin nombre N.N. De esa manera los hicieron desaparecer al anular su identidad, privándolos de vivir con su legítima familia, de todos sus derechos y desu libertad (www.abuelas.org acesso em 10 de jul. 2015)

As Abuelas e Madres desde o início contaram com o apoio de diversos setores, passando a comprovar laços sanguíneos com crianças e jovens graças ao avanço trazido pelos testes de DNA. O engajamento se deu por meio de campanhas e eventos que promoviam a memória e a restituição dos bebês que foram sequestrados, conforme relato que compõe o documentário e o site oficial das Abuelas. Ambos os documentários são constituídos por *big-close* em momentos de maior emotividade e relato de tensão. No caso do documentário Damas da Liberdade, mais sucinto, os relatos são a principal preocupação enquanto que, no documentário 500-Os bebês roubados pela Ditadura Argentina, é mais extenso, englobando maiores recursos para reconstruir os relatos, como notícias, documentos, fotografias e até mesmo montagens e visitas de lugares que serviram como centros de detenção e maternidades clandestinas das presas políticas que estavam grávidas e tiveram seus filhos sequestrados e encaminhados para adoção.

No documentário brasileiro a palavra identidade é deixada de lado. No lugar dela, a memória com seus traumas e lutos. No documentário sobre a ditadura na Argentina e o sequestro de bebês, a palavra identidade é tão presente quanto a palavra memória. Isto porque no caso dos sequestros ficava óbvio que os sequestrados e adotados por outras famílias tinham parte de sua história omitida e, assim, a memória de seus pais biológicos era desconhecida, acarretando em uma falsa construção de memória e identidade que era fruto do que seus sequestradores/pais adotivos permitiam e os auxiliaram a criar através da

educação concedida a eles. Nestes casos, os sequestrados/adotados relatam no documentário que levaram tempo para reconstruir a vida, as organizações e núcleos familiares após a descoberta de suas verdadeiras identidades, que só foi possível graças as descobertas sobre as verdadeiras paternidades e o destino de seus pais, tidos como desaparecidos.

Porém após toda base teórica exposta, o que nos interessa é discutir como esses dois documentários – disponíveis na internet, através do Projeto Marcas da Memória – servem como lugares de memória para àqueles que aceitaram participar, oferecendo o seu relato.

Conclusões Finais

Neste sentido, como já adiantado, conclui-se que os documentários sobre as duas ditaduras civis-militares constituem um lugar de memória, conforme a visão apresentada por Pinheiro ao mencionar as considerações de Ferro. Visão esta endossada especialmente pelos estudos de Jelin, Pollak e Nora. Porém, é preciso considerarmos que, conforme Pinheiro, “não podemos esquecer que o cinema, assim como observa com clareza, Francis Vanoye, no filme (...) ‘a sociedade não é mostrada, mas encenada’ (VANOYE, 1994, P.56). Ou seja, o cinema nunca deixará de elaborar representações de realidade” (PINHEIRO, 2009, p.07) e, que

enxergando o cinema como uma forma de representação, não podemos esquecer que quando um filme tenta ‘resgatar’ um tema do passado, ele passa a carregar um duplo sentido de representação, pois é uma visão presente de um tempo passado, sendo duplamente marcado: a primeira pela própria data de realização do filme e a segunda pela visão particular que ele apresenta da memória que evoca. (PINHEIRO, 2009, p.08)

Conclui-se também que, conforme o viés de Pollak, uma entrevista oral é como um “resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada” (1989, p.11). Para ele, a narração ou relato contendo histórias de vida de longa duração através das entrevistas que compõem o documentário, permitem que o “personagem narrador” volte várias vezes “a um número restrito de acontecimentos (seja por sua própria iniciativa, seja provocada pelo entrevistador)” (1989, p.11), possa ser percebido pela entonação utilizada e

que, apesar das variações, é possível perceber também que “um fio condutor, uma espécie de leit-motiva em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade” (1989, p.11), deixando de ser um mero relato sobre um fato do passado.

É possível afirmar, baseado no trabalho de Tomaim (2010) que a produção frutífera pós anos 2000 marca uma época em que produção cinematográfica, seus envolvidos e vítimas da ditadura passaram a sentir maior segurança em relatar e reconstruir a história dos “anos de chumbo”, mas não só isso. O trabalho de Pollak (1989-1992) traz muitos exemplos de refugiados e da memória daqueles que passaram por campos de concentração nazistas, o que, após estudarmos o período e tomarmos conhecimento dos relatos das vítimas através dos documentários, nos possibilita traçar paralelos entre os campos de concentração narrados por Pollak, o sentimento de refugiados e sobreviventes tanto sobre a memória quanto sobre o silenciamento, e os relatos que os dois documentários apresentam. Porém, apenas no documentário sobre a ditadura argentina é mencionada a palavra genocídio, comum quando o assunto é o nazismo e a perseguição de judeus. Se, por um lado, Pollak nos ajuda a compreender que a identidade está intrinsecamente ligada à memória, percebermos esses detalhes na linguagem contida nos relatos, levanta outras questões sobre o tema. Para Tomaim,

Os traumas de mais de 20 anos de repressão foram grandes e a ditadura militar tornou-se um tabu no Brasil nas décadas seguintes. Tabu que alimentou o esquecimento, a denegação, mas que na primeira década de 2000 foi quebrado pelo cinema brasileiro que contou com uma produção destinada a revisitar a temática da ditadura militar. (TOMAIM, 2010, p.59-60)

Considerando as afirmações de Ferro sobre o cinema como documento histórico, assim como os dados levantados que possibilitaram aprofundamento da obra de Pollak, Jelin e Nora, no que diz respeito à memória, conclui-se que estamos inseridos em uma sociedade ainda apegada a alguns rituais e o cinema é um deles, além de ser um local de memória através das produções que possibilitam o resgate desta. Além disso, por ser um local de memória, possibilita, mesmo que seus envolvidos não o percebam conscientemente, que identidades sejam resignificadas e reconstruídas a partir de depoimentos. Tal conclusão pode ser endossada pela obra de Pinheiro, ao afirmar: “(...) se

para sobreviver a memória precisa de ritos, ordenações e práticas de lembranças, dentre estes se encontra o cinema, tecendo identidades e organizando memórias” (PINHEIRO, 2009, p.07).

Sobre os relatos apresentados nos documentários, fica claro que, para os entrevistados (vítimas das perseguições, torturas, sequestros e buscas por desaparecidos políticos e familiares que sobreviveram) é considerado parte de uma reparação o ato de poder relatar. Conquistar espaço para falar sobre a história sobre um viés subjetivo e pessoal – pois, como afirmou Nora, a memória “é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam” (NORA, 1981, p.9) é encarado por eles, como exposto nas falas dos dois documentários, que o documentário serve como um arquivo, bem como Nora (1989) explicou que se fazia necessário para a memória e, por consequência para a identidade. Para as vítimas, é também uma forma de legitimar os esforços e a história.

Por fim, resta lembrarmos as considerações de Cássio Tomaim (2010), concluindo a partir disso que o documentário, ao narrar o passado, sofre a influência dos interesses do presente, “o que nos leva a acreditar que o documentário, ao permitir ao outro rememorar ou reler o seu passado, os seus traumas, as suas experiências, seja uma arte potencialmente crítica e reveladora” (TOMAIM, 2010, p.61-62). Sendo assim, como Pollak afirmou: “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. (POLLAK, 1989, p.4), nos conduzindo a conclusão de que, mesmo que as produções sobre o tema tenham demorado a surgir (especialmente no Brasil), o silenciamento destes relatos diz tanto quanto as falas que tivemos acesso nos documentários apresentados, resta interpretarmos.

Referências bibliográficas

ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. **Restitución de niños: Abuelas de Plaza de Mayo.** EUDEBA, 1997. ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. www.abuelas.org.ar Acessado em: 07 de julho de 2015

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de Desaparecimento nas Ditaduras Civil-Militares Argentina e Brasileira e a Elaboração de políticas de memória em ambos os Países.** Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universitat de Barcelona, Porto Alegre, Barcelona, 2011.

BERNI, Antonio Augusto Durgante. **Fim do Pragmatismo: as relações entre Estado e os Ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1968)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2012.

DIFANTE, Franciele Alves. **A memória construída sobre os desaparecidos políticos na ditadura civil-militar Argentina**. Trabalho Final de Graduação, Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FILMES PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Documentário Damas da liberdade**. <https://youtu.be/lGrZvFCj414>. Acessado em: 07 de julho de 2015

FILMES PROJETO MARCAS DA MEMÓRIA. **Documentário 500 - os bebês roubados na Argentina**. <https://youtu.be/lbSrz6a44bo> Acessado em: 07 de julho de 2015

JELIN, Elizabeth. **Exclusión, memorias y luchas políticas**. In: **Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. pp. 219-239.

JELIN, Elizabeth. **¿De qué hablamos cuando hablamos de memórias?** : Los trabajos de la memória. Madri: Siglo Veintiuno editores, 2001. LAS MADRES DE LA PLAZA DE

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NORA, Pierre. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: a problemática dos lugares**. Editora PUC: São Paulo, 1981.

PINHEIRO, A. C. 2009. **Construção de uma memória silenciada: representações da ditadura militar (1964-1985) no cinema brasileiro. Aspectos Teóricos e Metodológicos**. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009. Anais 15933. Disponível em <http://anpuh.org/anais/?p=15933>. Acesso em: 01/07/2015

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **O caso das ditaduras civis-militares no Brasil e Argentina: uma análise das políticas de memória e esquecimento**. revista Mundo do Trabalho, Rio de Janeiro, volume 6, janeiro-junho de 2014, numero 11, p. 293-296.

TOMAIM, CS. 2010. **O Perigo Vermelho no cinema brasileiro: as narrativas de exilados e presos políticos da ditadura militar no documentário contemporâneo**. Revista FAMECOS, volume 17, nº 2, p.59-67.